



AJUFE

Associação dos Juízes Federais do Brasil

Prêmio Ajufe: boas práticas de gestão

Edital n. 10/2016

Ficha de inscrição:

Nome	Tânia Ferreira Leite	Marcia Mazo Santos
Telefone		
Cargo	Supervisora da Seção de Atualização de Legislação - SELOF	Diretora da Divisão de Biblioteca - DIBIB
E-mail:		
Órgão/Cidade	Tribunal Regional Federal da 1ª Região/Brasília, DF	Tribunal Regional Federal da 1ª Região/ Brasília, DF

Síntese da prática

Título: Biblioteca Digital: Coleção Atos administrativos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Categoria: Boas práticas dos servidores na Justiça Federal

1. Período de atividade da prática e os principais objetivos:

Este projeto teve por objetivo a modernização do processo de registro e divulgação dos atos administrativos deste Tribunal e das Seções e Subseções Judicícias da 1ª Região, com vistas a oferecer aos usuários meios eficientes de acesso à informação em uma única base de dados.

Desde junho de 2014 (Portaria Presi/Secge n. 217, de 20 de junho de 2014 <http://www.trf1.jus.br/dspace/handle/123/37461>) utilizamos o sistema Dspace para divulgação e publicação dos atos administrativos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região - TRF1.

Para o TRF 1ª Região consideram-se atos administrativos, documentos que demandem conhecimento de terceiros (Portaria Presi/Secge n. 217/2014):

- decisões administrativas;
- atas e pautas administrativas;
- provimentos, resoluções, portarias, orientações e instruções normativas;
- editais administrativos, avisos e comunicados;
- expedientes, extratos, termos ordens de serviço e enunciados;



- despachos de autoridades administrativas relacionados a interesses individuais;
- atos oficiais que autorizem, permitam ou concedem a execução de serviços por terceiros;
- atos relativos a pessoal cuja publicação decorrer de dispositivo legal.

Os atos administrativos do Tribunal estavam dispersos e podiam ser encontrados, ou não, em vários links.

No Portal na Internet havia no menu “Legislação” o item “Atos do Tribunal”, que remetia ao antigo sistema conhecido como “Documentos Oficiais”.

Ainda na Internet, acessava-se o sistema de atos normativos alimentados em outro sistema pela DIBIB, no menu “Biblioteca”.

Já na Intranet havia o menu “Publicações” e o menu “Atos do Tribunal” já disponibilizados na Internet, este último descrito como “Legislação/ Atos do Tribunal”. Além disso, existiam os menus “Institucional/Presidência/Atos/Portarias” e “Institucional/Corregedoria Regional/Atos/Instruções Normativas e Circulares”.

Portanto, havia uma variedade de formas de acessar os atos administrativos do Tribunal, confundindo e prejudicando a busca do usuário pela informação.

Os dispositivos de busca, em alguns casos, eram ineficientes. Isso ocorria porque não havia descrição adequada dos objetos publicados (metadados). Em outros, havia dificuldade por parte do usuário em utilizar os filtros e critérios adequados em sua pesquisa.

As bases disponíveis, apesar de redundantes, não traziam o mesmo conteúdo em razão de serem alimentadas e processadas de formas diversas. A base de dados de atos administrativos mantida pela Biblioteca, por exemplo, possuía o inteiro teor dos documentos e alterações anexas.

Com exceção das informações da base alimentada pela Biblioteca, não havia controle das alterações e revogações de atos, podendo levar o usuário a informações inconsistentes.

O Tribunal edita diariamente os atos de seus órgãos componentes, os quais são publicados nos Diários Oficiais, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região - e-DJF1, e no Boletim Eletrônico de Serviço da Primeira Região e, atualmente,



depositados na coleção Atos Administrativos da Biblioteca Digital, através do sistema DSpace.

A plataforma Dspace consiste em sistema para criação de repositórios institucionais baseado em software livre largamente utilizado em instituições públicas e universidades de todo o país. Esse sistema garante o gerenciamento da produção documental em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

2. Principal inovação da prática:

A principal inovação foi o armazenamento de todos os atos administrativos, com o inteiro teor, do TRF1 em uma base única, permitindo que o usuário acesse apenas a Biblioteca Digital (<http://www.trf1.jus.br/dspace/handle/123/4>) para encontrar o ato administrativo desejado, não precisando consultar outras fontes (Diário Oficial da União, Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região - e-DJF1 ou Boletim Eletrônico de Serviço), ou outros links no Portal do Tribunal.

Outra inovação foi a pesquisa no inteiro teor do documento, pois os arquivos são anexados no formato PDF. Com isso o usuário final tem acesso imediato ao conteúdo do ato, não necessitando dirigir-se a outro setor para obter o documento.

Este projeto permitiu, também, a consulta integrada de todos os atos administrativos de toda a 1ª Região, que é composta por 14 Seções Judicárias (Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e Distrito Federal) e 82 Subseções Judicárias, numa mesma base.

Atualmente, os atos são incluídos na Biblioteca Digital por servidores do TRF1 autorizados pelas unidades emissoras.

A autorização para publicação é concedida pela Biblioteca mediante solicitação, por e-mail, da chefia imediata do servidor. O e-mail deve ser enviado para bdtrf1@trf1.jus.br, fazendo-se constar no assunto o texto “Autorização para publicação na BDTRF1”.

As unidades emissoras são responsáveis pelo conteúdo do texto, pela fidedignidade das informações e pela revisão gramatical desses atos.



Compete à Seção de Atualização de Legislação e Documentos Oficiais da Biblioteca realizar a revisão e publicação dos atos na BDTRF1, conforme Portaria Presi/Secge n. 217, de 20/06/2014.

3. Recursos e instrumentos utilizados

A implementação deste projeto demandou esforços de diversos setores do Tribunal. Contudo, sua efetiva implementação dependeu de parametrização para a adequação ao ambiente da instituição, assim como a customização técnica, envolvendo o desenvolvimento de novos recursos na linguagem na qual o software foi desenvolvido, a integração com outros recursos do ambiente tecnológico do Tribunal, como o Portal, e o acerto e migração de dados das bases antigas.

Houve o treinamento de todos os servidores do TRF1 e dos servidores das Seções e Subseções Judiciárias que publicam atos administrativos. E, também, foi elaborado um Manual de Inclusão de Dados.

Os servidores das Seções e Subseções Judiciárias foram treinados por Videoconferência. Após este treinamento, dúvidas foram tiradas por e-mail e telefone.

4. Houve parceria com alguma instituição ou entidade:

Patrocínio da alta administração.

5. Valores gastos para a implantação da prática:

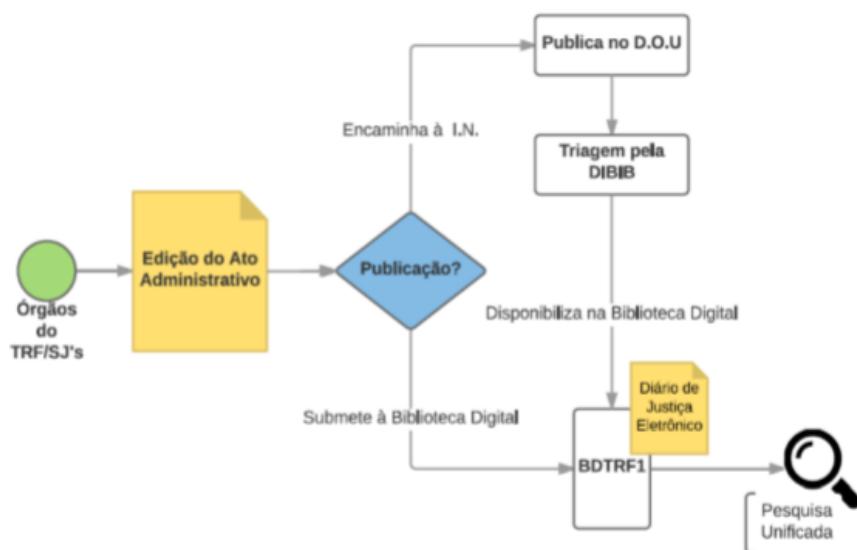
O sistema DSpace é uma plataforma livre, desenvolvida pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT em parceria com a HP Labs, disponível gratuitamente, no caso da versão brasileira, no site do IBICT do Ministério da Ciência e Tecnologia.

6. Houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário:

Sim. As 14 Seções Judiciárias do TRF1, com suas respectivas Subseções Judiciárias também estão utilizando o sistema para publicação de seus atos administrativos.

Fluxo da informação:

O modelo abaixo demonstra o fluxo da informação desde a edição do ato normativo até sua publicação nos meios oficiais e nas páginas de pesquisas do sítio do Tribunal.



Os atos administrativos editados pelo Tribunal são enviados para publicação na Imprensa Nacional e/ou para a Biblioteca Digital para que a Seção de Atualização de Legislação e Documentos Oficiais da Biblioteca faça a triagem e disponibilize-os na coleção Atos administrativos. Para envio à Imprensa Nacional, os servidores do Tribunal utilizam o sistema INCOM da Imprensa Nacional, e para a BDTRF1 utilizam o sistema Dspace.

7. A prática contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça

“A informação possui duas características importantes: sua explosão quantitativa e a implosão do tempo para sua comunicação, e a define como um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita, seja ela em meio impresso ou digital, oral ou audiovisual, em um suporte, possuindo um elemento de sentido, e tendo por objetivo, a transmissão de conhecimento”. Le Coadic (2004)

As pessoas assim como as organizações precisam de informação em seus processos decisórios. E elas existem cada vez mais em maior quantidade, e para piorar com um tempo de retorno cada vez menor. Essas informações para serem usadas



estrategicamente precisam estar organizadas. Para gerenciá-las é preciso que sejam mapeadas, identificando pessoas e fontes de informação, para em seguida classificar, processar, armazenar e disseminar, independentemente do formato ou meio em que se encontra (seja em documentos físicos ou digitais).

O objetivo é fazer com que as informações cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo.

A adoção de um repositório institucional para depósito dos documentos digitais possibilitou a criação de um fluxo de trabalho nessa ferramenta pela qual, os próprios servidores responsáveis pela produção dos atos, possam enviar os atos que tem como destino a base de dados pesquisável do órgão e sua divulgação interna, assim como é feito no sistema INCOM da Imprensa Nacional.

No caso dos atos normativos que seguem para publicação na Imprensa Nacional, a alimentação desses na base do Tribunal se dará após sua publicação oficial.

Cabe à Seção de Atualização de Legislação e Documentos Oficiais da Biblioteca atualizar os atos depositados anteriormente indicando a nova situação quando eles forem alterados, revogados, republicados ou tornados sem efeito.

A concentração de todos os atos no repositório permite uma busca centralizada de informações, com interfaces de pesquisa disponíveis no portal do Tribunal.

O repositório contém todos os atos administrativos da 1ª Região desde 1989. São aproximadamente **47.259** atos do Tribunal e **19.955** atos das Seccionais.

8. Anexos

Manual

Referência:

Le Coadic, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.